

Recebido em: 23/03/2021

Aprovado em: 08/06/2021

Publicado em: 14/09/2021

O PAPEL DA FILOSOFIA NA CRISE CONTEMPORÂNEA

THE ROLE OF PHILOSOPHY IN THE CONTEMPORARY CRISIS

Felipe Luiz¹

(gumapoldo51@yahoo.com.br)

Resumo: O objetivo deste trabalho é debater o presente desde um ponto de vista filosófico, aliando ainda outras disciplinas, como a história, a ecologia e a sociologia à reflexão. Partindo do dado de que vivemos em um turbilhão de diferentes crises, que podem ser caracterizadas, de conjunto, como crise civilizacional, recua-se no tempo para ligar essas distintas crises às ciências. Estas são contextualizadas em seu surgimento na Grécia a fim de mostrar que, desde os primórdios, já se pensava que o papel da ciência seria dominar a natureza. O desenvolvimento técnico nos conduziu à crise ambiental, da qual somente podemos sair com mais técnica. Ao mesmo tempo, aspectos da crise contemporânea são eminentemente sociais e exigem uma nova civilização para que eles sejam resolvidos. O papel da filosofia, como aríete da revolução científica, no novo mundo é especificado, e o intento do artigo é aclarar estes pontos.

Palavras-chave: Filosofia. Crise contemporânea. Mudanças climáticas. Francis Bacon.

Abstract: The aim of this work is to discuss the present from a philosophical point of view, allying others disciplines, like history, ecology and sociology to the reflection. Departing from the data that we live in a whirlwind of different crises, which can be characterized as a civilizational crisis, we go back in time to link these distinct crises with the sciences. These are contextualized in his birth at Greece to show that, since his beginning, the role of the science as ruler of nature was already thought. The technical development drove us to the environmental crises, from which we can free ourselves only with more technic. At the same time, aspects of the contemporaneous crises are eminently social and demand a new civilization to be solved. The role of philosophy, as battering ram of the scientific revolution, in the new world is assigned, and the intention of the paper is to illuminate these points.

Keywords: Philosophy. Contemporaneous crisis. Climatological changes. Francis Bacon.

1 INTRODUÇÃO

A era contemporânea é a era das crises: crise das ciências, crise da sociedade, crise dos papéis sexuais tradicionais, crise da família; sem falar das crises econômicas, com as quais querem que nos acostumemos. Uma dessas crises mais prementes é do clima, com o

¹ Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP / Campus Marília. Bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP / Campus Marília.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8832004495537925>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6446-0810>.



aquecimento global, em cuja raiz se aponta a ação humana, especialmente a emissão de determinados gases, que provocariam o chamado efeito estufa. Crise é um termo, como outros das línguas atuais, originadas do grego. *Krisis*, na bela língua helênica, indica a ação de decidir ou de escolher algo. O vocábulo está ligado ao verbo *krinō*, que quer dizer: eu julgo, eu decido, eu escolho. A crise é, desta feita, o momento em que uma decisão deve ser tomada. Não à toa, nos momentos das tão difundidas crises, certos caminhos são preferidos em detrimento a outros, determinando um destino que se toma. Na crise atual, essas decisões devem ser deliberadas, como em outras, e, no caso dos problemas climáticos, quanto mais se protela a decisão, a situação se agudiza e os problemas se avolumam.

Para tomar uma decisão acertada, é mister estar informado sobre as origens de nossos múltiplos problemas, ação na qual as ciências, humanas e naturais, podem contribuir. O tópico sobre a formação do presente, sobre o que constitui a especificidade do coevo, é muito atual em variados campos de investigação, e vem atraindo para si algumas das melhores mentes.

Encontramo-nos em um período muito particular da história do gênero humano, a assim chamada modernidade. Se, para alguns, ela está ultrapassada (por exemplo, LYOTARD, 1979), ela se marca por certas características nunca dantes experimentadas, como uma sociedade altamente dependente da ciência, uma economia globalizada, intenso trânsito de pessoas e bens pelo mundo. Não é possível escrever a história do planeta Terra sem passar pelo peso decisivo da ciência em sua formatação, bem como as consequências que este caminho implicou no desdobramento das sociedades de antanho.

1 A CIÊNCIA ANTIGA E A CIÊNCIA MODERNA

A ciência moderna possui uma história própria, que nos remete a alguns séculos atrás, até figuras como Galileu (1564-1642), Descartes (1596-1650), Kepler (1571-1630) e Francis Bacon (1561-1626). O que aqui mais nos interessa são algumas conhecidas formulações de deste último, polímata inglês que dedicou parte considerável de suas horas a escrever sobre filosofia. Bacon é tomado como o pai da ciência experimental, distante da ciência praticada no Ocidente por séculos, preferencialmente uma que passava longe das matemáticas, e era, sobretudo, uma ciência das qualidades, à moda aristotélica, como o sábio grego na altura de seus dias definiu. Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) nos legou muitos livros, mas recomenda-se uma ordem específica da leitura de suas obras, a começar por seus escritos sobre metodologia, o famoso *Órganon*, no qual ele deita as bases da lógica enquanto disciplina, base esta que ainda Kant (1724-1804), mais de dois mil anos depois, considerava seguras,

ao tomar a lógica como uma ciência acabada – ignorando a verdadeira revolução que, décadas depois, Frege (1848-1925) imporá a essa disciplina. *Órganon*, em grego, significa *instrumento* e está ligado ao verbo *ergazdomai*, “eu trabalho” (CHANTRAINE, 1968, p. 815). Por isso se recomenda a leitura dessa obra antes de se encarar os demais trabalhos de Aristóteles, visto que, ao compreendermos seus instrumentos de pesquisa – a lógica –, compreenderemos melhor seus resultados.

Francis Bacon, no seio do Renascimento, escreveu um livro chamado *Novum organum* (ou seja, *Órganon novo*) propondo uma nova metodologia de pesquisa. Não mais deduções e busca de gêneros e espécies, na composição de uma grande taxinomia do mundo, mas, sim, uma ciência pautada na experimentação. Esse livro de Bacon é particularmente moroso: ele nos brinda com exemplos de grandes tabelas, onde, após testar dado experimento, se deve descrever os efeitos, os resultados. Essa ciência que nascia marcaria para sempre os rumos da pesquisa no globo e está na raiz mesma da ciência contemporânea – junto com as propostas de matematização de Galileu, por exemplo, ou o método cartesiano de dividir um objeto em tantas partes quanto necessárias para seu estudo.

Mas o mais revelador do livro de Bacon se encontra nas primeiras páginas. Bacon fala que a mente possui um direito sobre a natureza (BACON, 2003, p. 43). Adiante, liga saber e poder; conhecer a natureza em seus meandros, o que ele propõe a nos ensinar no livro, ao nos fornecer uma metodologia para tanto, significa fazer crescer o poder sobre essa natureza. O fito do saber não é, como em Platão, o deleite do conhecimento da Verdade, com V maiúsculo, mas o poder sobre a natureza, o controle que é aberto sobre esta quando conhecemo-la. Ele acrescenta:

Pois o homem é agente e intérprete da natureza; ele age e compreende somente enquanto há observado a ordem da natureza trabalhando ou por inferência; e não sabe e não pode fazer mais. Nenhuma força existe a ponto de poder interromper ou quebrar a cadeia de causas; e a natureza é conquistada somente pela obediência. Portanto, essas duas metas do homem, conhecimento e poder, um par de gêmeos, se dirigem à mesma coisa, e os trabalhos são sobremaneira frustrados pela ignorância das causas (BACON, 2003, p. 24, a tradução é nossa)²

² No original: “For man is nature’s agent and interpreter; he does and understands only as much as he has observed of the order of Nature in work or by inference; he does not know and cannot do more.18 No strength exists that can interrupt or break the chain of causes; and nature is conquered only by obedience. Therefore those two goals of man, knowledge and power, a pair of twins, are really come to the same thing, and works are chiefly frustrated by ignorance of causes”.

Ao contrário da ciência que dominara o Ocidente por mais de um milênio, fundamentalmente uma ciência das qualidades, um tanto quanto apartada do desenvolvimento das técnicas, Bacon dá indicações de uma ciência prática, voltada ao controle e domínio da natureza. Não deve nos espantar que essa filosofia baconiana, um dos nomes mais famosos do empirismo, tenha grassado na Inglaterra onde, um século mais tarde, se detonará a revolução industrial, quer dizer, a utilização da ciência no processo produtivo, em um processo que alterou todas as plagas do globo, como já apontamos.

Essa ciência que quer dominar não era, a bem da verdade, inteiramente nova. Entre os antigos gregos em seus primórdios a busca pelo princípio que nos permitiria controlar a natureza já era pautada. Quis-se pintar uma visão dos primeiros filósofos e de toda a sabedoria grega – em um momento onde a distinção mais tarde tão importante entre ciência e filosofia não havia sido empreendida – como desligados do mundo, preocupados com as coisas divinas, com as cabeças nas nuvens, título de uma famosa peça de Aristófanes (447 a.C. – 385 a.C.) sobre Sócrates (469 a.C. – 399 a.C.), retratado como no mínimo exótico, por exemplo, ao se preocupar com o tamanho do pulo da pulga. Até mesmo Esopo (620 a.C. – 564 a.C.) nos fornece uma fábula do astrônomo, aquele com os olhos voltados às coisas do céu, como desligado do mundo, avoado: em sua curta história, o astrônomo, ao contemplar a abóbada celeste, cai em um poço e é vítima de troça geral.

Tradicionalmente se marca o surgimento da filosofia e da ciência com Tales de Mileto (século VI a.C.). Ele teria rompido com a explicação puramente mítica, como aquela fornecida por Hesíodo (sec. VII a.C.), um poeta do século VII, em benefício de uma explicação naturalista da natureza. Tales deixou epígonos em Mileto, na atual Turquia, como Anaximandro (610 a.C. – 546 a.C.) e, este, Anaxímenes (688 a.C. – 524 a.C.), marcando assim uma sucessão de pensadores, a primeira escola de filosofia, a *milésia* que inaugura um debate que dura até nossos dias. Esses pensadores não surgiram do nada; bastante ao contrário, nas produções prévias da cultura helênica se pode encontrar elementos que contribuiram à suas teorias. E não somente helênicos. O território grego, diminuto e de solo pobre, forçava esse povo ao mar, razão pela qual mantiveram contatos com as culturas da bacia do Mediterrâneo e, até mesmo, do Mar Negro. O alfabeto grego, por exemplo, é uma adaptação daquele fenício, e, antes dos gregos, os quais conhecemos melhor, outras civilizações, como a micênica e a minoica, floresceram no território da futura Hélade (VERNANT, 1962).

Os micênicos se organizavam à moda de outras civilizações antigas, com a vida social orbitando em torno de um palácio, onde residia um imperador (*anax*), responsável pela manutenção das trocas. São esses gregos, também chamados de aqueus, os

protagonistas de dois dos mais influentes livros já escritos, a *Iliada* e a *Odisseia*. Essa brilhante civilização sucumbiu nas mãos de hordas de outros povos, os *dórios*, os quais originariam Esparta e seu espírito militar. Séculos mais tarde, após um período conhecido como Idade das Trevas, ressurgia a Grécia, mas já não mais organizada em torno do *anax*. Surgia a *pólis*, com sua ordenação e característica as quais, no tempo, proporcionariam ao mundo a filosofia, a ciência e a tragédia grega, como ainda hoje podemos conferir (VERNANT, 1962).

Jean-Pierre Vernant (1962) mostra como essa ordenação da nova forma de organização da vida social grega na *pólis* se reflete nas produções teóricas de então. Anaximandro, o primeiro filósofo a nos deixar algo escrito, é famoso por ter introduzido alguns termos, que teriam longa vida na filosofia. Trata-se das noções de *kosmos*, mundo, universo; e de *arché*, princípio. Segundo Vernant a ordem que imperava na cidade refletiu-se em Anaximandro, que buscou esta ordem na estrutura dos astros; isto porque *kosmos* mantém ligações com o verbo *kosmeō*, “por em boa ordem”, com uma denotação estética também, que terminaria por redundar em nossa palavra “cosmético”. Já o termo *arché* é, ao mesmo tempo que “princípio”, “comando”, “ordem”, “império”; na primeira pessoa do singular *archō* quer dizer tanto “eu começo” quanto “eu comando”, “sou o primeiro”; em inglês, *I rule*. A *arché* do *kosmos* não é, pois, um princípio qualquer, mas um que domina o existente. Anaximandro acreditava que esse princípio dominador era o que ele chamou de *apeiron*, o ilimitado, do qual os mundos se geram e para qual os mundos tornam (VERNANT, 1962; LUIZ, 2018).

A ciência grega, longe de ser uma tal voltada para a mera especulação, era prática, postulando experimentações, seja em sua época de nascimento, seja na época helenística, ou seja, no período após os sucessos militares de Alexandre, o Grande. Faz parte do anedotário ocidental as escaramuças de Marcelo, cônsul romano, para vencer os frágeis siracusanos, defendidos pelas invenções de Arquimedes (287 a.C. – 212 a.C.), aquele cientista que falou as célebres palavras quando descobriu como calcular as diferenças de volumes dos corpos: *Eureka! Eureka!*, quer dizer, “encontrei”, “encontrei”. Armado de seus princípios teóricos, Arquimedes dificultou a vida de Marcelo, com máquinas capazes de lançar navios pelos ares ou queimá-los em pleno mar (FILHO, s.d.).

Já em sua aurora a ciência grega, que redundaria na moderna ciência contemporânea, se preocupava com o domínio sobre a natureza. Mas não só. Ao lado dessa veia experimentalista, desenvolviam duas outras linhas de força, uma ético-política, a outra meramente especulativa.

Quanto à primeira, podemos pensar nos trabalhos de Sócrates, Platão, dos sofistas, de Aristóteles, dos epicuristas e dos estoicos. Todos buscavam, de uma forma ou de outra, encaminhar a vida de certa maneira, forneciam-nos ou problematizavam princípios com

os quais guiar a vida cotidiana. Platão nos brinda com propostas sobre como organizar todo o Estado. Mesmo na via que chamamos de contemplativa esse gênero de encaminhamento, voltado às pesquisas sobre, por exemplo, a causa primeira da natureza, não está desligada de um encaminhamento prático, na exata medida em que a descoberta fiável, por exemplo, da existência de deus induz nos meros mortais certos comportamentos, sejam ético-políticos sejam, mesmo, na pesquisa teórica. Se há uma força, tal qual pintada por muitas religiões, a comandar o universo, o conhecimento dessa força certamente permitirá que nós, a nosso turno, manipulemos esse universo.

Em qualquer das vias tomadas, o conhecimento das coisas dos filósofos, da *árché* do *kosmos* ou de uma parte deste, não é mera enfeite de um livro, posto que carrega fortes consequências. Adorno e Horkheimer, pensadores da assim chamada *Escola de Frankfurt*, já no século XX, mostram, em um estudo já clássico, como a própria explicação que a mitologia fornecia já era um tipo de esclarecimento, reforçada pelo surgimento da filosofia. Este termo é normalmente reservado ao pensamento típico do século XVIII, mais conhecido no Brasil como Iluminismo. Os Iluministas defendiam a razão como árbitro da sociedade e guia no devir, além de postularem a defesa da ciência como pedra-de-toque intelectual. Para os pensadores frankfurtianos, o Esclarecimento, outra tradução do termo alemão *Aufklärung*, seria um processo de longo prazo, começado milênios antes e cujos encaminhamentos a sociedade ainda sentia. Pensemos em Hesíodo, por exemplo, que nos fornece uma explicação e uma genealogia do mundo com seus deuses e deidades. Já se trata de uma racionalização na qual, conforme dito, a filosofia posterior bebeu para se firmar (SNELL, 2011).

Nossa perspectiva é, portanto, aquela segundo a qual desde seus princípios a filosofia ou ciência ocidentais se propuseram a dominar a natureza ou outros homens, ou, para sermos mais filosoficamente rigorosos, o ser ele mesmo. Essa perspectiva contradiz o próprio Aristóteles para quem a ciência dos primeiros princípios seria desinteressada, surgida quando as ciências da utilidade já estavam constituídas (ARISTÓTELES, 2002, 980a–993a). Conforme vimos, essa primeira ciência – a de Anaximandro – ocupava-se também da descoberta dos princípios que dominam o universo.

Nos primórdios, ciência e filosofia estavam unificadas. Os primeiros filósofos são também os primeiros cientistas e ainda Aristóteles pode ser considerado ambos. Mas, no período helênico, há uma forte separação entre ambos. As ciências naturais, mais pautadas na experimentação, seguem uma via própria, enquanto que a filosofia permanecerá com suas especulações e pensamento sobretudo pautados na cosmologia, na ética e na política. A Academia, se bem nos brincou com Eudoxo e sua proposta de matematização da

astronomia, proposta que pode ser remetida a Platão, também seguiu com uma via eminentemente especulativa, encaminhando-se para o ceticismo (LLOYD, 1970).

Em um primeiro período a ciência que mais se afastava das especulações filosóficas, constituindo um ramo próprio, é a medicina, com sua forte organização interna. Os médicos visavam a saúde do corpo, prescreviam uma dietética, etc. Ou seja, não era uma ciência meramente contemplativa, mas prática, voltada para questões cotidianas, diríamos, experimental, visto que até um período bem tardio, até Galeno, pelo menos, ainda se praticavam dissecações (LLOYD, 1970).

Do mesmo modo a filosofia da natureza. Como negar que o interesse de um Anaximandro fosse também prático, visto que ele elaborou um mapa, quer dizer, um guia para nos conduzir na descoberta do mundo (LUIZ, 2018). Ou, ainda, Tales, que, empregado em expedições militares, desviou o curso de rios, a fim de possibilitar a passagem de um exército. A própria anedota de Tales empregando seus conhecimentos para ganhar dinheiro, no caso da previsão da colheita das oliveiras (KIRK, RAVEN, SCHOFIELD, 2010), é bem ilustrativa de como os primeiros pensadores tinham um interesse prático, que a palavra *arché* denuncia.

Há variados vocábulos gregos que podem valer como *princípio*. Por exemplo, *epistrophos*, “que é a causa de”; ou *puthmēn*, “fundamento de algo”. A escolha de *arché* não foi desprovida de propósito. Queria se indicar o domínio que a descoberta do princípio que comanda exerce sobre a natureza. A continuidade dessa pesquisa e o fato de a ciência grega não ser em qualidade distinta da ciência moderna, mostra bem o que se intentava.

Na ciência grega já estava presente a experimentação, as classificações, as analogias, etc., ou seja, todos os elementos da ciência moderna (HEIDEL, 1946), à exceção dos refinados instrumentos, visto que a história das ciências e a história das técnicas foram se encontrar só muito recentemente em termos históricos, com interconexões fortuitas ao longo do tempo, como se verá adiante. Além disso, os gregos não possuíam os numerais indoarábicos, mas uma notação dos numerais com os grafismos alfabéticos. A questão da motivação também pesa. Afora a escravidão, sobre a qual tornaremos, o principal impulso da ciência naqueles tempos era a questão bélica ou a fama de governantes. A quase inexistência de instituições que congregassem pesquisadores, o analfabetismo reinante, as poucas comunicações entre os pesquisadores, etc., tudo isto explica o porquê de, por exemplo, a máquina a vapor não se ter desenvolvido ainda na Antiguidade, malgrado portas automáticas ou altares que versavam sozinhos as libações terem sido encetados (LLOYD, 1973).

Dominar a natureza já nos ocupa, portanto, há milênios. Durante a Revolução científica dos séculos XV e XVI esse ideal filosófico se reconstrói. Obnubilado durante a

Idade Média pelos desenvolvimentos pós-aristotélicos do pensamento científico, ao ideal baconiano, exposto acima, de se adornar da natureza, juntam-se técnicas lentamente maturadas pelo tempo – como a alquimia, a magia natural ou procedimentos filomatemáticos, como a construção de fortes militares – que redundarão na ciência moderna. Não que outros fins, como a prova da existência de deus ou da imortalidade da alma, sejam escanteados. A relação entre a ciência moderna então nascente e a religião é mais complexa que simples competição, posto que ambas concorreram para o difícil parto do mundo contemporâneo (HENRY, 2002).

Essa ciência interessada em dominar a natureza encontrou um campo especialmente fértil na Inglaterra. Por traços idiossincráticos, a Inglaterra experimentou uma série de transformações que abriram estrada para a origem do mundo moderno. Dentre esses traços, podemos citar a Reforma anglicana, liberando-a do jugo católico, as sucessivas revoluções do século XVII, o cercamento dos campos e princípio da urbanização e uma longa tradição nesses saberes práticos, como a alquimia ou a magia. Essa série de fatores combinou-se, dando lume ao surgimento propriamente falando daquilo que foi tomado ainda por Kant como paradigma de ciência, a obra científica de Newton (CANÊDO, 1994).

Em um primeiro momento, a Revolução Industrial, que lançou sobre o planeta a força da razão dominadora, se deveu mais ao desenvolvimento de técnicas que da ciência propriamente falando. A história das ciências não se sobrepõe à das técnicas; são séries diferentes. Na Antiguidade, por exemplo, eram, dentre os cidadãos, os homens do saber os abastados, homens de posses, com muitos escravos que se escolhiam os cientistas. Os técnicos eram os escravos, verdadeiros detentores da técnica, os que sabiam formatar dada matéria em um objeto, para ficarmos em uma posição criptoaristotélica, ou seja, eram a causa eficiente. Já homens como Anaximandro provavelmente possuíam recursos, algo que a própria etimologia de seu nome, *senhor dos currais*, revela, ou, ainda Anaxágoras, *senhor da ágora*, a praça de comércio — Anaximandro e Anaxágoras são importantes filósofos dos primeiros tempos desta disciplina, a filosofia. Esse desnível talvez ajude a explicar porque os gregos ou seus êmulos romanos não conseguiriam desencadear algo como uma revolução industrial, aplicação de técnicas específicas no processo produtivo. O trabalho técnico, os ofícios, eram encarados como próprio dos escravos, indignos de um homem livre. Tanto é assim que, em sua *Ética a Nicômaco*, Aristóteles (1962, 1094a) propugna a vida contemplativa (*bios theoretikos*) como forma superior de modo de vida. E na proposta de organização política da cidade em Platão, os artesãos não são muito bem quistos; quem reina é o filósofo, esse que, diz o pensador dos ombros largos, ascendeu à Verdade, ao contemplar as formas mesmas (PLATÃO, 327a-621d). A própria palavra teoria, tão afeita ao mundo moderno, vem do verbo *theorō*, “ver”,

“contemplar”. Além disso, na *Metafísica*, o Estagirita deixa claro que o saber superior, o conhecimento das causas primeiras, surgiu onde havia ócio; quer dizer, era apanágio dos abastados, dos nobres, das classes altas (ARISTÓTELES, 2002, 980a-993a).

A própria escravidão é outro obstáculo ao desenvolvimento da técnica na Antiguidade. O dono do escravo, encarado por Aristóteles (1959, 1252a) como instrumento na *Política*, não tinha interesse em introduzir inovações técnicas. O lucro, pedra basilar da economia contemporânea, se bem era buscado, como provam as produções de cerâmica ou as próprias trocas entre os impérios, estava longe de ter se tornado o cerne das sociedades antigas. Enquanto instrumento, basta substituir o escravo que a produção continua, não há interesse no melhoramento técnico desta (SCHUHL, 1955).

2 FILOSOFIA, CIÊNCIA E A CRISE CONTEMPORÂNEA

Devido a esses fatores, a ciência antiga encontrou obstáculos intransponíveis. Além disso, a lenta maturação das técnicas, em um processo experimental de erro e acerto, foi fundamental para a eclosão da revolução industrial. Se em um primeiro momento foi mais o desenvolvimento de técnicas responsável pela revolução industrial que a filosofia ou a ciência propriamente falando, logo isto cai por terra. A ciência se torna pedra angular dos novos desenvolvimentos técnicos; ela se torna verdadeira força produtiva, em um processo no qual ainda estamos inseridos (CANÊDO, 1994; IGLESIAS, 1982).

Com a cristalização das ciências econômicas, e o surgimento do capitalismo industrial, dominar a natureza para produzir bens rentáveis se tornou a verdadeira pedra angular do processo produtivo. A natureza, vista como viva por alguns filósofos antigos (o assim chamado hilozoísmo) e como fruto dos designios de um demiurgo, em tempos posteriores, é totalmente dessacralizada. Dá-se-lhe um sentido utilitário, como algo a ser dominada em benefício dos seres humanos. As espécies animais, os rios, as matas — tudo reduzido às posições que Bacon, como acima exposto, encarava: objetos a serem dominados. A tradução brasileira do *Novum organum* embora perca em fidelidade ganha em clareza: “o homem é ministro e intérprete da natureza” (BACON, 1973). O homem reina, a natureza se submete; ela é decifrada para o gozo do homem.

A ideia de natureza na filosofia é bastante rica e complexa e não podemos exauri-la em um texto desta natureza. Mas ela é pensada como fundamentalmente outra, distinta da civilização, esta tomada como império da técnica e do costume. Assim se pintava, na filosofia política de outrora, uma diferença entre o estado de natureza, compreendido

como anterior ao estabelecimento da soberania, quer dizer, das leis humanas, que nos regem a vida, onde os homens viviam a barbárie. Segundo Hobbes (1929), reinava o medo e a desconfiança mútua. Para finalizar com essa tensão constante, os homens resolveram estabelecer um contrato, criando a civilização.

A noção da natureza como algo a ser dominado ou conquistado se espalhou pelo imaginário contemporâneo. E as consequências dessa postura também. Extinção de espécies, esgotamento de jazidas, aquecimento global, alto número de doenças respiratórias oriundas da poluição e, mesmo, pandemias advindas do provável consumo de animais silvestres, como a que vivemos atualmente. Se o mundo contemporâneo se firmou sobre a exploração da natureza para fins comerciais, ao mesmo tempo ressurgem em muitos certa nostalgia da vida campestre, longe dos males da civilização. Esta vida, tornada impossível, visto o alcance global das mudanças desencadeadas pela ação humana dominadora da natureza, é verdadeiro sonho de consumo de grupos inteiros nas grandes cidades. Ao mesmo tempo, para boa parte da população mundial, ir para as cidades pode significar o rompimento com uma economia de subsistência e a possibilidade de adquirir algo de confortável para vidas miseráveis e curtas, eivadas de dores, no campo. No fundo, trocam-se os termos, mas os problemas lá e cá persistem, posto que, na cidade, por vezes encontrarão apenas pobreza e desigualdade.

Esse modelo civilizatório é que está em xeque (GORZ, 2009). A humanidade em constituição consome mais recursos do que o planeta pode repor, e os avisos científicos de falta de recursos básicos em um futuro não muito distante – recursos como água potável – prenunciam um futuro sombrio. Se foi o desenvolvimento da técnica que nos lançou às beiras do colapso civilizacional, a saída parece depender desta mesma técnica e de decisões eminentemente políticas.

Depende da técnica porque as mudanças desencadeadas só podem ser paradas com alterações do pór humano no *cosmos*. Muito dificilmente a sociedade globalizada aceitará mudanças que signifiquem abandonar as benesses conquistadas. Ao mesmo tempo, a pressão de novas levas populacionais ansiosas por esses melhoramentos na qualidade de vida aumentarão a demanda por mais recursos. Afinal, desde o cristianismo, com sua afirmação radical da igualdade de todos, e da Revolução francesa, que transforma essa igualdade em um quadro jurídico, como justificar que os povos do Norte tenham acesso a melhores médicos, tecnologia de ponta, boa alimentação e casas confortáveis enquanto que, no Sul do mundo, a alguns quilômetros de minha residência, as pessoas morem em choupanas de madeira não tratada? Por isso a decisão é, ao mesmo tempo que técnica, política. Se a técnica avança a passos largos no sentido de produzir materiais mais baratos, cidades equipadas com a

última invenção poupadora de energia e recicladora de recursos, o próprio modelo do sistema deve ser alterado, no coração mesmo da geopolítica. As velhas divisões do mundo, já não se sustentam. São Paulo e Rio, por exemplo, contam com áreas onde os recursos disponíveis não fazem inveja a nenhuma outra metrópole do mundo. Já Paris está dotada de áreas de pobreza extrema, que embaçam o lume da cidade luz.

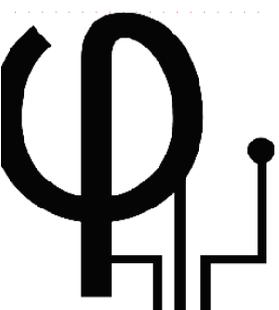
Essa situação que mescla falta de acesso a bens básicos convivendo com a mais moderna tecnologia, problemas ambientais oriundos, sobretudo do consumo dos países ricos, e carências humanas as mais fundamentais, só vai piorar com o tempo, caso as ações devidas não sejam tomadas. Toynbee (1960), o famoso historiador inglês, cujo trabalho se focou, dentre outros pontos, na história de civilizações, nota também como elas morrem. Se a latinidade feneceu por ter perdido fôlego, estamos chegando a um ponto similar, visto que, há pressão para que produzamos mais, para mais pessoas, ao mesmo tempo em que os recursos do planeta se esgotam a níveis alarmantes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns pensam que a corrida ao espaço, onde ricas jazidas minerais nos aguardam, pode ser a solução. Novamente, ficaríamos na dependência do desenvolvimento rápido de novas tecnologias para nos salvar de problemas desencadeados pelo uso dessa mesma tecnologia. Podemos nos indagar se não seria apagar fogo com gasolina e criar, para o futuro, outra sorte de problemas. Mas essa solução, proposta por pessoas extremamente influentes, como Elon Musk, aborda só metade do problema. A outra metade é política, e vai envolver alterações na situação e no padrão de vida da parte mais rica e boreal do planeta.

Se os movimentos filosóficos desencadeados na longínqua Grécia, retomados e alterados no Renascimento, materializados na Revolução Industrial nos causam, hoje problemas, é também tarefa da filosofia a proposição de soluções adequadas para a atual situação. Claro, a filosofia por si mesma tem poderes bastante limitados. É sua influência sobre políticos e a população que pode gerar frutos. Mas, talvez, seja tarde para a filosofia, visto que o atual período exige menos ponderações e mais ações. Dentre as tarefas que se impõem à filosofia arrolamos: pensar um novo modelo científico, já desligado da ideia de *arché*; teorizações sobre qual o modelo de sociedade socialmente justo e ecologicamente adequado; questões éticas, como as relativas ao consumo e exploração animal; revisão sobre a verdadeira contribuição das diferentes civilizações mundiais no engendrar da sociedade contemporânea; etc.

As civilizações do passado ruíam por guerras, crises econômicas, invasões. Dado que uma guerra global, pelo peso da arma atômica, parece improvável, visto significar o fim dos contendores, podemos especular se não seriam os movimentos internos de nossa civilização a provocar um colapso certo, caso não se adotem mudanças. Mas, ao contrário dos Impérios do passado, somos dotados de meios de contornar nossas atuais dificuldades com a estratégia certa e as soluções adequadas. Talvez elas já existam, só precisam ser postas em prática, livres das peias que nos constroem a um mundo literalmente em decomposição, que ruma à destruição certa caso não ajamos. E a filosofia tem um papel a contribuir na emergência desse novo mundo que, nos interstícios do planeta, se insinua mais e mais.



REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. HORKHEIMER, M. *Dialetik der Aufklärung*. s/l: Fischer Taschenbuch Verlag, 1989.
- ANAXIMANDRO *et ali*. *Os pensadores originários*, Petrópolis: Vozes, 2017.
- ARISTÓTELES. *Ethikon Nikomakheion*. Great Britain: Oxford University Press, 1962.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Loyola, 2002.
- ARISTÓTELES. *Politikon*. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
- BACON, F. *Novum Organum*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BACON, F. *The New Organon*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- CANÊDO, L. B. *A revolução Industrial*. São Paulo: Atual, 1994, 18ª ed.
- CHANTRAINE, P. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. Histoire des mots. Paris: Klincksieck, 1968.
- FILHO, A. *Arquimedes*. São Paulo: Ediouro, s.d..
- GORZ, A. *Écológica*. Paris: Galilée, 2009.
- HENRY, J. *The Scientific Revolution and the origins of modern Science*. New York, Palgrave, 2002, 2a. ed.
- HEIDEL, W.A. *La edad heroica de la ciencia*. Tradução Augusta de Mondolfo. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1946
- HOBBS, T. *Leviathan*. Great Britain: Oxford University Press, 1929.
- IGLESIAS, F. *A revolução industrial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- KIRK, G.S. RAVEN, J.E., SCHOFIELD, M. *Os filósofos Pré-Socráticos*. História crítica com seleção de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010
- LUIZ, F. Anaximandro, a teleologia e a história. *Diaphonía*, v. 4, n. 2, 2018. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/diaphonia/article/view/21309>>.
- LLOYD, G.E.R. *Early Greek science*. Thales to Aristotle. London: Chatto & Windus, 1970
- LLOYD, G.E.R. *Greek Science after Aristotle*. London: Chatto & Windus, 1973
- LYOTARD, J.F. *La Condition Postmoderne: Rapport Sur Le Savoir*, Paris: Minuit, 1979.
- PLATO. *Republic*. Cambridge: Harvard University Press, 1927, 2 vol.
- SCHUHL, P-M. *Maquinismo y filosofía*. Buenos Aires: Galatea Nova Visón, 1955.
- SNELL, B. *Die Entdeckung des Geistes*. Studien zur Entstehung des europäischen Denkens bei den Griechen. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2011, 9ª ed.
- TOYNBEE, A. *Helenismo — história de uma civilização*. RJ: Zahar Editores, 1960.
- VERNANT, J.-P. *Les origines de la pensée grecque*. Paris: PUF, 1962, 1ª edição.

